



## **Formando braços para a lavoura durante a Primeira República: o “Aprendizado Agrícola Borges Sampaio” em Uberaba/MG**

*Educating arms to work on crops during Brazilian First Republic:  
Agricultural Learning Borges Sampaio, Uberaba, MG*

*Formación de brazos para trabajar en los cultivos durante la Primera República  
brasileña: “Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, Uberaba, MG*

BETÂNIA DE OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO<sup>1</sup>; MARILSA APARECIDA ALBERTO ASSIS SOUZA<sup>2</sup>;  
JOSE CARLOS SOUZA ARAUJO<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este artigo refere-se ao Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, instituição de ensino técnico que preparava trabalhadores para as lavouras, criada em Uberaba (MG), em 1916. Foram levantados alguns aspectos da história da instituição, tendo como referência as políticas públicas direcionadas a esta modalidade de ensino. As fontes utilizadas foram as mensagens dos presidentes do estado e uma notícia veiculada na imprensa local. A partir da coleta, análise e interpretação dessas fontes, estabeleceu-se o diálogo entre a realidade local com espaços e temporalidades mais amplos. Embora tendo como objeto uma instituição específica, este trabalho pretende dialogar com outras pesquisas que abordam temática semelhante, contribuindo para a construção da história do ensino profissional em Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Aprendizado Agrícola Borges Sampaio – profissionalização – Minas Gerais

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutorado em Psiquiatria, Neurologia e Psicologia Médica concluído na Universidade de São Paulo. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa de História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: betania@pontal.ufu.br.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: marilsaalberto@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Doutor em Educação na área de Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: jcaraujo.ufu@gmail.com.

### **Abstract**

*This study focuses on the history of a school established in Uberaba, Minas Gerais State, in 1916, aiming to train workers for plantations. The text presents historical aspects of the institution in association with public policies for this type of education. Its sources include messages from state governors and a piece of news published in local press. The gathering, analysis and interpretation of these sources were articulated in a dialogue between local reality and wider spaces and temporalities. Although it approaches a specific institution, this study seeks to dialogue with other researches that address similar issues aiming to help writing the history of schools for professional training in Minas Gerais state.*

**Keywords:** *school to train workforce – professional training – Minas Gerais*

### **Resumen**

*Este estudio se centra en la historia de una escuela establecida en Uberaba (MG), en 1916, con el fin de formar trabajadores para las plantaciones. El texto presenta aspectos de la historia de la institución en asociación con las políticas públicas para este tipo de educación. Las fuentes de estudio incluyen mensajes de gobernadores y una noticia publicada en la prensa local. La búsqueda, análisis e interpretación de estas fuentes articula un diálogo entre realidad local y temporalidades y espacios más amplios. Aunque que el texto enfoque una institución específica, su discusión busca dialogar con otros estudios sobre cuestiones similares que posan ayudar a escribir la historia de las escuelas centradas en la formación profesional en Minas Gerais.*

**Palabras clave:** *escuelas para formar trabajadores – formación profesional – Minas Gerais*

**Recebido em:** setembro de 2016

**Aprovado para publicação em:** novembro de 2016

O município de Uberaba - situado no interior de Minas Gerais - foi contemplado, no ano de 1916, com o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, instituição profissional destinada ao preparo de trabalhadores práticos para atuarem na zona rural. Esta instituição havia sido criada em consonância com os ideais republicanos, pois formaria mão de obra capacitada para atender aos anseios das elites dirigentes em um país cuja maioria dos municípios mantinha traços eminentemente rurais.

A criação de diversas instituições, em diferentes cidades mineiras, nos moldes do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, traduzia o projeto das elites republicanas de despertar a vocação agrícola nos jovens e adultos para transformá-los em homens úteis à pátria, ou seja, em mão de obra capacitada para o trabalho na lavoura, que demandava o uso de novas técnicas e ferramentas mais modernas.

Este artigo tem o objetivo de oferecer elementos para a compreensão do processo histórico que favoreceu a disseminação de instituições educativas de caráter técnico, voltadas para as práticas agrícolas em Minas Gerais e no Brasil no início do século XX, tendo como foco o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio. Para tanto, foi feito o levantamento de alguns aspectos da trajetória desta instituição tendo como embasamento as políticas públicas direcionadas para esta modalidade de ensino.

Sobre as fontes utilizadas fez-se a opção, neste trabalho, pelo uso das mensagens dos presidentes do estado de Minas Gerais (1914 a 1930), que além de reportarem ao contexto histórico também remetem à legislação publicada no período, e pelo uso de uma notícia veiculada na imprensa local, em 1928, acerca do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio. Tais fontes foram analisadas à luz de uma metodologia que se respalda na pesquisa bibliográfica e documental, promovendo o diálogo entre a realidade local com espaços e temporalidades mais amplas, relacionando o texto ao contexto e identificando as generalidades e especificidades que caracterizaram a instituição em apreço.

Tanto as mensagens presidenciais quanto os textos legais são documentos reconhecidos como oficiais. Sua leitura, porém, não deve ser feita de forma “fetichizada”, como se fossem portadores de toda a verdade, mas de forma “problematizada”, conforme pontuado por Lopes e Galvão (2005). Uma das maneiras de problematizar o documento é procedendo à sua análise de forma crítica, lembrando que todo documento “é produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 535).

Quanto às notícias veiculadas na imprensa sabe-se que, ainda nas primeiras décadas do século XX, a pesquisa historiográfica pautava-se em fontes supostamente marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade. Tais características dificilmente eram atribuídas aos periódicos jornalísticos pois, devido às concepções políticas ou filiações partidárias de seus editores, poderiam oferecer imagens parciais e subjetivas da realidade (LUCA, 2006). Posteriormente, os historiadores começaram a questionar esta visão limitada conferida às fontes, ocorrendo, então, uma “revolução documental” (LE GOFF, 2003), que possibilitou a inclusão de novas fontes para a pesquisa historiográfica, dentre elas os jornais. Cabe ressaltar, porém, que assim como as mensagens presidenciais, sua utilização não deve ser feita de forma ingênua e acrítica, mas de forma problematizada.

## O ensino agrícola no Brasil e em Minas Gerais nas décadas iniciais do século XX

O projeto de construção do Estado Republicano no Brasil teve como desdobramento a organização da educação pública com o intuito de torná-la instrumento de modernização do Estado, além de formar mão de obra capacitada para atender aos anseios das elites dirigentes em um país que cuja maioria dos municípios mantinha traços eminentemente rurais. Neste sentido, nas décadas iniciais do século XX foram criadas, no Brasil, instituições educativas de ensino primário, secundário e superior, com o intuito de despertar a vocação agrícola nas crianças e jovens, transformando-os em cidadãos e trabalhadores úteis à Pátria.

O ensino agrônômico foi normatizado pelo decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, segundo o qual o ensino agrícola teria as seguintes divisões: 1º Ensino superior; 2º Ensino médio ou teórico-prático; 3º Ensino prático; 4º Aprendizados agrícolas; 5º Ensino primário agrícola; 6º Escolas especiais de agricultura; 7º Escolas domésticas agrícolas; 8º Cursos ambulantes; 9º Cursos conexos com o ensino agrícola; 10º Consultas agrícolas e 12º Conferências agrícolas.

Em relação aos aprendizados agrícolas, o decreto explicitava, no artigo 268, que sua finalidade era a formação de trabalhadores aptos para os diversos serviços da propriedade rural, exploradas de acordo com as modernas práticas agrônômicas. Tratava-se de um ensino eminentemente prático e que deveria aproveitar, de preferência, filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais que tivessem entre 14 e 18 anos de idade. Além das aulas práticas, os alunos deveriam assistir conferências sobre agricultura, horticultura, zootecnia, apicultura, sericultura e matemática elementar aplicada. Excursões a propriedades agrícolas, museus, fábricas e oficinas também faziam parte do itinerário formativo. O programa de ensino dos aprendizados agrícolas foi minuciosamente detalhado no artigo 293 do decreto, de acordo com o que deveria ser executado no primeiro e no segundo ano do curso.

A criação dos aprendizados agrícolas traduzia o projeto das elites que visava o desenvolvimento da economia por meio da educação e tencionava solucionar o problema da mão de obra da lavoura, que demandava um aproveitamento mais racional da terra, o uso de novas técnicas e ferramentas mais modernas. Neste sentido, o decreto asseverava, no artigo 283, que as instituições deveriam ter organização similar a uma propriedade agrícola, orientada por métodos modernos e dispor dos meios necessários para obter o maior rendimento útil das culturas e das indústrias agrícolas próprias da região. Para isso, os aprendizados deveriam ser providos de material agrícola completo, bem como instalações e construções adequadas a uma exploração rural bem organizada.

O decreto também determinava, no artigo 328, como seria feita a distribuição da renda da fazenda experimental em que o aprendiz agrícola estivesse instalado: 5 % ao diretor; 3 % ao chefe de culturas; 3 % ao secretário e professor de contabilidade agrícola; 2 % ao jardineiro e horticultor; 1 % ao encarregado dos animais e ao prático de indústrias agrícolas; 20 % para serem distribuídos anualmente pelos alunos, na ordem do respectivo mérito e de acordo com a proposta do diretor aprovado pelo ministro. A quantia restante deveria ser recolhida ao Tesouro Federal para que fossem feitas melhorias no aprendizado.

Em Minas Gerais, a preocupação com o ensino voltado para as práticas agrícolas teve início antes mesmo do decreto federal 8.319/1910. Em 1892, a lei 41, de 3 de agosto, que dava nova organização à instrução pública do Estado de Minas Gerais, dispunha, no artigo

253 em diante, sobre o ensino agrícola e zootécnico. Como consequência desta lei foi criada em Uberaba, no mesmo ano, uma instituição de ensino superior rural denominada Instituto Zootécnico de Uberaba (MOURÃO, 1962).

Na mensagem do presidente do estado de Minas Gerais Joaquim Candido da Costa Sena, em 1902, ele já sinalizava sobre a importância de se criar escolas práticas onde o aluno, “dispondo apenas de conhecimentos theoreticos indispensaveis, dirija com suas proprias mãos os instrumentos aratorios, para que depois possa tambem ensinar, porque, fazer uma vez, vale mais do que falar cem” (MINAS GERAIS, 1902, p. 32). A mensagem desse presidente também atrelava a aprendizagem técnica às “crianças desprotegidas da sorte” uma vez que “infelizmente, como triste consequencia legada pela escravidão, quem entre nós dispõe de recursos para estudos, em geral, não cogita do arado – pensa em diplomas e titulos scientificos”.

É interessante assinalar, no discurso deste presidente de estado, o pensamento dicotômico que perpassa toda a história da educação brasileira direcionando as elites para a formação de nível superior e as classes menos favorecidas para uma formação elementar, quando muito de nível técnico. Esta fala se reproduzirá no discurso de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais em 1929, ao registrar a seguinte mensagem:

É-me agradável, senhores representantes do Estado, consignar o auspicioso incremento que o ensino agrícola vae tomando em Minas Geraes, graças aos numerosos estabelecimentos que o ministram em quase todos os pontos do território mineiro, variando de gradação, do mais elementar e conveniente á maioria do povo, que fórma as classes laboriosas, ao superior, para aquelles que, mais favorecidos da fortuna, possam recebe-lo, para a formação do espírito director das grandes industrias ligadas á vida agrícola e pastoril, nos seus diversos ramos de atividades (MINAS GERAIS, 1929, p. 140).

O discurso destes dois presidentes trazia em seu bojo uma perspectiva assistencialista e economicista que, mesmo exaltando o ensino técnico e prático como forma de alavancar a economia do país, acabava por desvalorizá-lo quando o comparava com o ensino superior. Reforçava-se, pois, a dualidade no ensino que direcionava as elites para o exercício da liderança e os pobres para as atividades laborais.

No governo de João Pinheiro (1906 a 1908) foram criadas medidas específicas de criação e regulamentação do ensino agrícola: a Lei nº 438, de 24 de setembro de 1906, que autorizou a fundação de seis fazendas-modelo e a instituição dos instrutores ambulantes para o ensino prático de agricultura; a Lei nº 444, de 02 de outubro de 1906, que dispôs sobre as formas de se ministrar o ensino agrícola e a compra da Fazenda da Gameleira, que mais tarde foi anexada ao Instituto João Pinheiro e a Lei 454, de 6 de setembro de 1907, que instituiu o ensino prático de agricultura nas fazendas-modelo. Conforme pontuado por Machado (2010, p. 90),

No âmbito do projeto político preconizado por João Pinheiro naquele momento, a educação do trabalhador do campo teve uma grande importância, pois foi tomada como uma estratégia para modernizar a agricultura mineira e reorganizar o trabalho no campo, especialmente [...] o tratamento dado à educação do trabalhador do campo estabeleceu uma ligação entre esta e a questão econômica.

Além das legislações promulgadas por João Pinheiro, as mensagens presidenciais redigidas durante seu governo corroboravam essa afirmativa:

Avulta depois, como necessidade também urgente, após a do ensino das creanças, a do ensino primário da agricultura aos adultos, habituando-os ao manejo simples das aperfeiçoadas machinas agrícolas. Este ensino, contendo duas partes essenciaes, uma theorica e a outra propriamente industrial, foi dividido de modo que uma repartição especial e techina se incumba da primeira, e a divulgação do trabalho mechanic e dos processos uteis, aconselhados pela theoria, seja feita intuitivamente pelos mestres práticos de cultura, espalhados pelo Estado, operando industrialmente, para que os agricultores possam avaliar das vantagens integraes e da superioridade dos processos novos, comparados com os da velha rotina. Esta medida vae dar immediatos resultados e nella está a base da nossa regeneração econômica, assim para o productor, como para o Estado, que da agricultura tira a sua principal fonte de receita. O trabalho agrícola, pela vastidão de seus recursos, pela sua extensa applicação, pelo seu habito generalizado em toda a massa do povo, pela facilidade de sua aprendizagem, constitue a fórma simples e poderosa do trabalho nacional e por ella deve começar a reorganização economica do Estado (MINAS GERAIS, 1907, p. 6).

Os presidentes do estado que governaram Minas Gerais nos anos posteriores continuaram se utilizando das mensagens presidenciais para veicular um discurso que exaltava os valores da terra e a importância de se familiarizar a juventude, desde cedo, com o manuseio de modernos mecanismos agrícolas por meio da aprendizagem profissional. Tal perspectiva vinha ao encontro das transformações políticas e sociais pelas quais o país estava passando: a abolição da escravatura e a proclamação da República. O manuseio de equipamentos modernizados permitiria “retirar-lhes dos olhos os antigos instrumentos de trabalhos aviltados pela escravidão, a enxada e a fouce, que lembram, com esse aviltamento, a razão da pobreza dos homens livres de agora” (MINAS GERAIS, 1908, p. 40). Acreditava-se, portanto, que o investimento em técnicas modernas de agricultura – às quais a população só teria acesso por meio da educação – impulsionaria a economia e colocaria o país na senda do progresso.

## Formação e desenvolvimento do município de Uberaba/MG

Sobre a formação e o desenvolvimento do município de Uberaba, Souza (2012) explicita que a decadência das atividades de mineração na região do Julgado do Desemboque, no início do século XIX, fez com que os habitantes deste local organizassem expedições em busca de regiões onde houvesse abundância de água e terras de cultura que possibilitassem o desenvolvimento de uma povoação voltada para as atividades agropastoris. Neste sentido, por volta de 1812 algumas pessoas encontraram, na região da Farinha Podre, localização propícia para a formação de um núcleo urbano. Em 1820 esse povoado foi elevado a freguesia; em 1836 tornou-se vila e em 1856 foi elevado à categoria de cidade, que mais tarde foi denominada Uberaba.

Inicialmente a pecuária era a principal atividade econômica deste povoado. A agricultura era voltada para a subsistência, uma vez que a atividade agrícola voltada para a comercialização não era estimulante devido às dificuldades de escoamento da produção. Entretanto, com o tempo, devido à sua localização geográfica, Uberaba tornou-se ponto de passagem de mercadores, fazendo da cidade importante núcleo comercial. Posteriormente, a inauguração de novas rotas de transporte permitiu a intensificação do comércio na região (REZENDE, 1991).

A partir de 1858, entretanto, a cidade vivenciou o declínio de seu comércio, que só conseguiu se reativar durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) devido à intensa movimentação de tropas que passavam pela cidade em direção ao Mato Grosso. A partir de então “Uberaba passou a ser um verdadeiro centro urbano comercial, embora sua aparência ainda permanecesse provinciana e o município mantivesse traços eminentemente rurais” (REZENDE, 1991, p. 63).

Entretanto, o grande marco do apogeu comercial de Uberaba deu-se com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, inaugurada em 23 de abril de 1889. Para Rezende (1991, p. 81) “Uberaba desenvolveu-se então sob a égide do comércio, embora a atividade pastoril extensiva e criatória – em parte responsável inicialmente pelo apogeu comercial urbano da cidade – continuasse a canalizar o interesse de uma camada da população”.

E foi justamente o investimento na atividade pecuária a solução encontrada no momento em que nova crise econômica se abateu sobre o município, quando os trilhos da estrada de ferro foram prolongados até as cidades de Uberlândia (1895) e Araguari (1896). Como consequência, Uberaba perdeu a liderança comercial exercida em relação a Goiás e Mato Grosso, uma vez que estes estados passaram a comercializar diretamente com estas duas novas cidades favorecidas pelos trilhos da estrada de ferro. Finalmente, em 1911, a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste, ligando Bauru a Corumbá, fez com que a cidade de Uberaba encerrasse definitivamente o dinâmico comércio que mantinha com Mato Grosso (REZENDE, 1991).

Sendo assim, Uberaba transformou-se em centro pecuarista pela criação seletiva do gado zebu, que se adaptou com facilidade às condições naturais das terras uberabenses. Sobre a repercussão advinda desta atividade econômica pastoril, Rezende (1991, p. 114) afirma que ela “passou a liderar, em caráter quase absoluto, a vida sócio-econômica, anulando grandemente a partir deste período até a década de 1930, as características marcantes deixadas pela atividade comercial”.

Com o passar dos anos a produção do gado zebu – que era trazido diretamente da Índia – foi se consolidando no município, tornando notória a lucratividade proveniente de sua comercialização. Devido ao desenvolvimento da atividade pecuária, Pontes (1978, p. 97) comparou a cidade com uma ilha que passou a gerar sua própria economia sem depender de outras regiões: “Uberaba, insulando-se, libertou-se, afinal, da dependência daquelas praças e se entregou, animadamente, à agricultura e indústria pastoril, as quais colocam este município em lugar de mercado destaque no Brasil Central”.

### **Borges Sampaio: o Grande Benfeitor**

Em 29 de agosto de 1914 foi promulgado o decreto que criava o Aprendizado Agrícola em Uberaba. Alguns dias depois, o decreto nº. 4.247/1914 dava a esse Aprendizado a denominação “Borges Sampaio”, em homenagem ao coronel que, nas palavras de Bilharinho (2014, p. 71), foi o “Grande Benfeitor” da cidade, uma vez que, “ninguém, na Uberaba de 1847, poderia supor que aquele jovem português de vinte anos que acabara de chegar significaria tanto e faria tanto pela cidade nos próximos sessenta anos”.

De acordo com dados apresentados por Bilharinho (2014), Antonio Borges Sampaio nasceu em Beira Alta, Portugal, em 1827. Aos 17 anos veio para o Brasil e em 1847 chegou a Uberaba onde se casou, teve três filhos e naturalizou-se cidadão brasileiro. A princípio era comerciante, mas posteriormente exerceu inúmeras funções públicas. Na área da instrução, foi inspetor de ensino, diretor da Escola Normal, professor e delegado de instrução pública. Também atuou no campo da justiça como advogado provisionado, curador geral de órfãos, promotor público adjunto, promotor público efetivo, contador e distribuidor, subdelegado e suplente de delegado de polícia. Na Guarda Nacional, foi tenente-cirurgião e tenente-coronel. Também foi agente do correio, comissário do censo e membro do corpo de jurados da comarca por mais de quarenta anos.

Antonio Borges Sampaio também foi responsável pela elevação de Uberaba, quando ainda era considerada vila, à categoria de cidade (lei nº 759, de 2 de maio de 1856), com base no censo por ele levantado e apresentado à Câmara Municipal. Sampaio também foi o primeiro jornalista da cidade. Além de colaborar com jornais do Rio de Janeiro, apoiou e auxiliou a fundação da imprensa local, em 1874. Se destacou nos estudos da climatologia de Uberaba, mantendo, por conta própria, um laboratório no qual avaliava as variações meteorológicas ocorridas na cidade. Por mais de vinte e cinco anos foi secretário da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, fundada em 1858.

Além de tudo, Borges Sampaio foi o historiador de Uberaba do século XIX. Seus textos foram organizados no livro “Uberaba: história, fatos e homens”, publicado pela Academia de Letras do Triângulo Mineiro, em 1971. Faleceu em abril de 1908, tendo seu nome lembrado por ocasião da criação do Aprendizado Agrícola de Uberaba.

### **Aprendizado Agrícola Borges Sampaio: formando braços para a lavoura**

O processo de criação de uma instituição é marcado por duas datas importantes: a data de criação, referente ao momento em que ela é criada, por meio de decreto, e a data de instalação, momento em que ela começa, de fato, a prestar atendimento à comunidade. No



caso do Aprendizado Agrícola em tela, sua criação deu-se em 29 de agosto de 1914, quando o presidente do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, assinou o decreto nº 4.238. Conforme o decreto, o Aprendizado era criado de acordo com a lei 444, de 3 de outubro de 1906 e a lei 617, de 18 de setembro de 1913. O decreto também especificava que o Aprendizado seria regido pelo decreto nº 3.356, de 11 de novembro de 1911.

Júlio Bueno Brandão também informou, na mensagem presidencial de 1914, o local em que o Aprendizado Agrícola seria instalado:

[...] Esta também resolvida a criação, na cidade de Uberaba, de um estabelecimento congenere. Para esse fim será aproveitado o predio onde funcionou o antigo e extinto Instituto Zootechnico que, com os respectivos terrenos, foi, por escriptura publica de 8 de outubro de 1912, doado ao Estado pela Camara Municipal da mesma cidade (MINAS GERAIS, 1914, p. 55).

O prédio, portanto, não era novo, sendo que, inclusive para o funcionamento da instituição ali instalada anteriormente - o Instituto Zootécnico – ele havia sido “adquirido, reformado e adaptado pelo Estado”, conforme informado por Machado (2009, p. 78). Mesmo com o local definido, em 1915 o Aprendizado Agrícola ainda não estava em funcionamento, conforme explicitado nesta mensagem de Delfim Moreira da Costa:

Os aprendizados officiaes “José Gonçalves” em Ouro Fino e “Borges Sampaio” em Uberaba ainda não foram instalados [...] o segundo, creado pelo dec. N. 4.238, de 29 de agosto de 1914, será installado no predio onde funcionou o antigo Instituto Zootechnico, cuja adaptação já concluida custou ao Estado 31:496\$965 (MINAS GERAIS, 1915, p. 126).

Em 1916, o mesmo presidente informava que “foram installados este anno os aprendizados officiaes, que se destinam ao preparo de trabalhadores praticos para a vida dos campos; um em Ouro Fino (Aprendizado José Gonçalves) e outro em Uberaba (Aprendizado Borges Sampaio)” (MINAS GERAIS, 1916, p. 82). Verifica-se, portanto, que mesmo tendo sido criado em 1914, a instalação só se deu em 1916, provavelmente devido às adaptações que foram feitas no prédio pelo Estado.

A partir de 1917, as mensagens dos presidentes do Estado traziam, na seção destinada ao ensino agrícola, informações diversas sobre o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, especialmente a prestação de contas das despesas realizadas e os valores obtidos com a produção. Em 1917 foi registrado que “foram internados [...] 31 menores, não podendo ser augmentado esse numero por falta de accomodações” (MINAS GERAIS, 1917, p. 64). Verifica-se, portanto, que a instituição funcionava em regime de internato, uma vez que o deslocamento entre a residência e a instituição provavelmente era dificultado devido à escassez de meios de transporte.

No ano seguinte, a mensagem apresentava o valor das despesas, que atingiu 26:854\$959, sendo que quase 3:725\$696 foram gastos com os serviços de instalação. O valor da produção, que atingiu 3:118\$954, foi consumido no próprio estabelecimento (MINAS GERAIS, 1918).

Em 1919, a mensagem de Arthur da Silva Bernardes apresentava as despesas com os Aprendizados Agrícolas e explicitava que eles “se destinam exclusivamente ao ensino primário de agricultura mechanica” (MINAS GERAIS, 1919, p. 76). Em 1921, o mesmo presidente completava: “[...] nesses estabelecimentos cuida-se exclusivamente do ensino agrícola prático, tendo-se por fim formar bons trabalhadores ruraes que tenham conhecimento seguro dos modernos processos de cultura mechanica, de adubação, irrigação etc.” (MINAS GERAIS, 1921, p. 72).

Já em 1922, Arthur da Silva Bernardes acresce, ao seu discurso, outro objetivo dos Aprendizados não mencionado nas mensagens anteriores, que era o atendimento aos “menores desprovidos de assistência natural”, ou seja, além dos filhos dos pequenos lavradores, as crianças menos favorecidas socialmente deveriam ser aceitas nos Aprendizados. É interessante observar que, para atendimento aos “menores desprovidos de assistência natural”, foram criados - pelo decreto 12.893 de 28 de fevereiro de 1918 - os patronatos agrícolas, que eram instituições direcionadas à formação técnica da juventude, devendo atender menores abandonados ou sem meios de subsistência por falta de ocupação legítima. Infere-se, portanto, que em locais onde não havia patronatos, como no caso de Uberaba, os Aprendizados Agrícolas tentavam suprir essa demanda, atendendo tanto aos filhos dos pequenos cultivadores e trabalhadores rurais, conforme preconizado na lei, mas também os jovens que estivessem precisando de assistência.

Em 1924, Raul Soares informava que o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, que tinha capacidade para atender quarenta aprendizes, estava passando por reforma completa, orçada em 32:768\$792, uma vez que ele “havia sido installado em prédio velho e mal conservado”. Raul Soares também destacava que as obras estavam “sendo executadas sob a administração directa de um engenheiro do Estado” (MINAS GERAIS, 1924, p. 120).

Em 1925, o novo presidente, Fernando de Mello Viana, fez o seguinte registro acerca do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio:

Situado em centro de intensa vida rural, este aprendizado está destinado a prestar grandes serviços, influido poderosamente no melhoramento dos processos de exploração agrícola. As suas installações foram, há pouco, inteiramente reformadas e ampliadas, tendo-se feito diversas contrucções novas e melhorado as já existentes. Despenderam-se com esses serviços cerca de 40:000\$000. Visitando o estabelecimento pouco antes de assumir o governo, verifiquei que, apesar dos últimos melhoramentos, as installações ainda eram deficientes, e mandei, por isso, orçar outras obras que me parecem necessárias para augmentar o numero de internados, como a construcção de uma casa para o Director, que actualmente occupa uma parte do pavilhão destinado aos aprendizes, de uma outra para o professor primário, ampliação do pavilhão principal para conter 70

educandos e outras pequenas obras em algumas das installações existentes, importando tudo em 57:355\$011. Esses melhoramentos já tiveram inicio de execução por um engenheiro de obras publicas do Estado (MINAS GERAIS, 1925, p. 231).

No ano seguinte Mello Viana ressaltava, em seu relatório, que além das reformas executadas em 1925, novas ampliações seriam feitas no Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, tornando-o um estabelecimento modelar, que comportaria setenta educandos. Quanto às despesas, a mensagem era mais detalhada que nos anos anteriores, pois especificava que, dos 116:277\$900 gastos, 22:318\$000 foram referentes ao pessoal; 56:235\$000 ao custeio e 37:724\$900 a obras. Mello Viana também retoma, neste relatório, o fato de os aprendizados agrícolas terem sido criados para “distribuir ensino pratico aos menores desamparados”. Diz também que este modelo institucional estava dando ótimos resultados, “já tendo formado um bom exercito de braços para a lavoura, adestrados no manejo dos mais modernos instrumentos agrários” (MINAS GERAIS, 1926, p. 344).

É interessante observar, porém, que mesmo com as reformas empreendidas de acordo com as mensagens de 1924 e 1925, a imprensa local, em 1928, tecia duras críticas em relação à estrutura física da instituição, estampando, no subtítulo da matéria, que “nem as roseas lunetas de Pangloss attenuariam as más condições do casarão”:

Convidados pelo Sr. Dr. Antonio Fonseca, fizemos, segunda-feira ultima, uma demorada visita ao Aprendizado Agrícola Borges Sampaio. Tivemos ali um mixto de impressão boas e más. Estas correm por conta do estado de conservação do edificio e aquellas são fructos legítimos da dedicação do director [...] o governo estadual devia ao menos procurar corrigir a velhez do edificio, já que lhe seja impossível no momento o remodelamento completo, como em verdade carece [...] (LAVOURA E COMÉRCIO, 1928, p. 9).

No texto veiculado no jornal, as críticas à estrutura física eram mescladas com os elogios quanto à atuação do diretor Antonio Fonseca:

Notamos que o estabelecimento, na sua parte material, está longe de corresponder aos esforços do director. Não fossem as suas honestas e surprehendentes actividades, a sua capacidade emprehendedora, o tradicional casarão, que conta mais de 50 annos de pacifica existencia, não estaria mais na posse da sua digna eficiencia de abrigo [...]. Em todo o caso, a apparencia ruinosa do casarão antigo é disfarçada, sinão mesmo corrigida, pelo rigoroso asseio que se apercebe em tudo. O dormitorio, que podia ser mais vasto, não perde sob o ponto de vista hygienico, porque alto e arejado, olhando para os morros. Corre alli dentro um ar generoso e puro, um ar tranquillo e agreste de saude. Em nossa ligeira passagem pela cosinha, vimos, de relance, que não é espaçosa nem ladrilhada e até um pouco afogada e escura. Si causa, no

entanto, má impressão por esse lado, agrada pela limpeza, que, aliás, seja dito de uma vez, é uma característica incisiva da administração do dr. Antonio Fonseca (LAVOURA E COMÉRCIO, 1928, p. 9).

Nota-se, no excerto acima, uma preocupação de caráter higienista que se tornou recorrente no Brasil a partir do final do século XIX. Tal movimento tinha como princípio o reordenamento da população por meio da introdução de hábitos de higiene condizentes a uma sociedade civilizada, de acordo com os ideais republicanos (VEIGA, 2007).

É oportuno observar que a extensa matéria apresentada no jornal sobre o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio trazia informações interessantes que não puderam ser detectadas na leitura das mensagens dos presidentes do estado. Na matéria é dito, por exemplo, que as lavouras cultivadas no Aprendizado Agrícola eram de milho e de arroz. Medindo, aproximadamente, uns cinco alqueires, eram dirigidas pelo mestre de culturas José do Patrocínio, que além de ser antigo aluno da instituição, destacava-se “pelos bons serviços que vem prestando e, principalmente, da sua assombrosa capacidade de trabalho”.

O texto jornalístico também destacava que, além do ensino agrícola, que “formava os homens de amanhã, os amanhadores futuros da brasilidade”, a instituição também primava por oferecer, de forma competente, o ensino primário. Para corroborar esta afirmativa, o jornal transcreveu o termo de visita do presidente da 161ª Federação Escolar Fernando de Araujo Vaz de Mello, que dizia que a escola do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio:

[...] funciona sob a regência da sra. Cherubina dos Santos Cupertino, estando o Aprendizado sob a direção do Sr. Dr. Antonio Fonseca. A escola está dividida em 2 turnos, sendo um das 11 às 1 ½ e outro das 2 às 4. No 1º turno estão os alumnos do 1º anno e no 2º os do 2º e 3º annos. Examinando os alumnos, quer do 1º como dos outros annos, notei o bom aproveitamento delles. Os meninos estão todos bem dispostos. A professora não é normalista, mas com a pratica de 15 annos de magisterio, desempenha perfeitamente sua missão. É intelligente, esforçada e segue os progressos do ensino. Levo desta escola excellente impressão. A disciplina é excelente (LAVORA E COMÉRCIO, 1928, p. 9).

A reportagem também informava que a instituição atendia, naquele momento, sessenta e um meninos, sendo que destes, apenas 14 eram de Uberaba. Também afirmava que “sobre todos, com igual atenção, recáe o trato carinhoso do dr. Antonio Fonseca, que os educa mais pelo coração e pela bondade do que pelo rigorismo isolado das disciplinas”.

Retomando as mensagens dos presidentes de estado no período delimitado nesta pesquisa observa-se que, nos anos seguintes, as mensagens continuavam a se reportar aos estabelecimentos educacionais que ofertavam o ensino agrícola, porém elas não eram tão detalhadas como até então. Tudo indica que, pelo menos em nível discursivo, esta modalidade de ensino estava atendendo aos objetivos pretendidos, conforme se constata nas palavras de

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, em 1929: “É-me agradável, senhores representantes do Estado, consignar o auspicioso incremento que o ensino agrícola vae tomando em Minas Geraes, graças aos numerosos estabelecimentos que o ministram em quase todos os pontos do território mineiro” (MINAS GERAIS, 1929, p. 140).

### Considerações finais

A análise empreendida oferece elementos para dimensionar as ações orquestradas em Minas Gerais, nos anos iniciais do século XX, voltadas para o ensino agrícola, especialmente no que se refere ao ensino prático elementar. Como conclusão pode-se dizer que o Aprendizado Agrícola Borges Sampaio ocupou lugar de destaque no cenário mineiro, haja vista que durante vários anos existiram apenas duas instituições desta modalidade em todo o estado.

Conclui-se também que essa instituição contribuiu para a formação de mão de obra para a lavoura em um município que, mesmo tentando alavancar sua economia por meio das atividades comerciais, sempre se ancorou, em meio às crises, no trabalho agropastoril. De maneira geral, pode-se dizer que as instituições educativas de formação técnica para a agricultura, em qualquer uma de suas modalidades, deram suporte ao estado republicano que estava sendo implantado, tentando disseminar práticas modernas de cultivo agrícola em um país que ainda mantinha resquícios do trabalho escravo, mas que tencionava se desenvolver sob a égide do progresso e da modernização.

Muito embora este trabalho tenha focado uma instituição específica outrora situada em um município do Triângulo Mineiro, este trabalho pretende dialogar e somar-se a outras pesquisas que abordam temática semelhante, contribuindo para a construção da história do ensino profissional em Minas Gerais.

### Referências

- BILHARINHO, Guido. **Personalidades Uberabenses**. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *[o que você precisa saber sobre...]* **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MACHADO, Sonaly Pereira de Souza. **História do Instituto Zootécnico de Uberaba: uma instituição de educação rural superior (1892-1912)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
- MACHADO, Vinícius Azevedo. **Produtor, Político e Bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo**. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2010.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis Souza. **O Grupo Escolar Minas Gerais e a educação pública primária em Uberaba (MG) entre 1927 a 1962**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

### Fontes

APRENDIZADO AGRÍCOLA BORGES SAMPAIO. **Lavoura e Comércio**. Uberaba/MG. 01 de novembro de 1928. n.º. 5026, pág. 9.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Joaquim Candido da Costa Sena ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907; 1918.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Júlio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Delfim Moreira da Costa Ribeiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915; 1916; 1917; 1918.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Arthur da Silva Bernardes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919; 1920; 1921; 1922.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Raul Soares de Moura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1924.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Fernando de Mello Viana. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1925; 1926.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1928; 1929; 1930.